

EM DEFESA DE UM CONCEITO PLURALISTA DE FELICIDADE, A PARTIR DE *STUART MILL*

Sagid Salles Ferreira

Douglas Garcia Alves Júnior

Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO

O objetivo deste texto é responder a uma objeção comum à doutrina utilitarista. Essa doutrina é comumente descrita como aquela que aceita que a ação moralmente correta é a que promove a maior felicidade possível para as pessoas envolvidas. A objeção que trabalhamos aqui nega a afirmação utilitarista de que a felicidade é o único fim da vida humana. Diferentes respostas podem ser formuladas de acordo com o modo que definimos o bem ou a felicidade. Sustentaremos que a versão da lista objetiva, que não identifica felicidade com um bem particular, mas com várias coisas que podem ser desejadas como fins, é a única que pode tornar plausível a afirmação de que a felicidade é a única coisa desejável como fim.

Palavras-chave: utilitarismo, J. S. Mill, J. Bentham, felicidade, lista objetiva

ABSTRACT

The aim of this paper is to answer to a common objection to utilitarianism. This doctrine is currently described as one that places out that the morally right action leads to a major happiness possible to all the people concerned by it. The objection that this paper will focus on negates the utilitarian statement that happiness is the only aim of human life. Different answers can be formulated in accordance to the way we define good or happiness. It will be pointed out that the "objective ticket" mode of doing so avoids assimilating happiness with a particular good. Instead of it, happiness is to be identified with many things that can be pursued as aims. That's the way of make acceptable the utilitarian statement that happiness is the only thing to be pursued as an aim.

Keywords: Utilitarianism, J. S. Mill, J. Bentham, happiness, objective ticket

INTRODUÇÃO

Jeremy Bentham (1748 – 1832) e John Stuart Mill (1806 – 1873) foram dois dos principais

proponentes da doutrina utilitarista¹. Ambos defenderam que a felicidade é o fim último da vida e

¹ O utilitarismo pode assumir várias formas de acordo com o modo como definimos o bem; se o bem é identificado com prazer e ausência de dor, temos o hedonismo, se é identificado com maximização de interesses, temos o "utilitarismo de interesses", etc. Essas versões ainda podem dividir-se entre "utilitarismo de ação" que alega que o cálculo da maior felicidade geral deve ser realizado antes de cada ação, e "utilitarismo de regras", que alega que o cálculo só é aplicável na criação de regras que determinam como devemos agir em cada caso particular.

também o critério da moral. Dizer que a felicidade é o fim último da vida é reconhecer que não há nada, além dela, que é desejável como um fim. Em outras palavras, todas as outras coisas podem ser desejadas apenas enquanto meios para alcançarmos a felicidade. Dizer que ela é o critério da moral é reconhecer que as ações estão certas à medida que a promovem e erradas quando promovem o contrário dela. Tanto Bentham como Mill são comumente descritos como utilitaristas hedonistas de ação². “Hedonistas” porque identificam felicidade com “prazer e ausência de dor” e “de ação” porque supostamente alegaram que, antes de cada ação particular, devemos calcular se a consequência promovida será a maior felicidade geral. Nota-se também que o utilitarismo é uma doutrina consequencialista. O principal elemento das teorias morais consequencialistas é o fato de aceitar que, se as ações são boas ou não, depende exclusivamente das consequências promovidas por elas. Esses autores inauguraram uma série de debates que, contemporaneamente, é composta de críticos, como, por exemplo, Robert Goodin (2006), Bernard Williams (2005) e John Rawls (1997), como de defensores importantes, por exemplo Peter Singer (2006) e Philip Pettit (2006).

A proposta deste artigo é examinar uma crítica importante à versão hedonista do utilitarismo e algumas maneiras de respondê-la. Objetiva-se que a identificação de felicidade com prazer e ausência de dor nos leva a ter que aceitar exemplos bizarros que mostram o quão inaceitável essa identificação é. Sustentaremos que essa crítica só funciona se adotarmos uma concepção não-pluralista de felicidade. Isso significa que felicidade não pode ser identificada com uma única coisa particular, tal como

pretende o hedonismo. A visão que defendemos é uma visão que acreditamos já estar (no mínimo) implícita no utilitarismo proposto por Mill. Nesse contexto, as semelhanças entre Mill e Bentham podem ser menores do que parecem à primeira vista.

O texto será dividido em duas partes: na primeira, expomos a objeção ao utilitarismo e propomos algumas maneiras de respondê-la; na segunda, a partir de uma comparação entre Mill e Bentham, argumentamos que a melhor opção que temos seria adotar o utilitarismo da lista objetiva, pois só ele pode nos dar uma definição de felicidade que se adeque a uma imagem satisfatória dos seres humanos.

A FELICIDADE É A ÚNICA COISA DESEJÁVEL COMO FIM?

A primeira dúvida que pode aparecer ao nos depararmos com a doutrina utilitarista é “por que precisaríamos concordar que a felicidade é a única coisa que pode ser desejada como um fim?”. Perguntas como essa podem dar origem a argumentos interessantes quando identificamos felicidade com alguma coisa particular, tal como prazer e ausência de dor. Um dos argumentos mais interessantes e citados contra a ideia de que o fim último da vida humana seria a busca pelo prazer e ausência de dor é o famoso exemplo da *máquina de experiências* de Robert Nozick³. Nozick cria uma situação imaginária na qual cientistas extremamente inteligentes criaram uma máquina capaz de reproduzir, através de eletrodos ligados a nós, qualquer experiência que desejássemos. A máquina funcionaria conectada a nós vinte e quatro horas por dia. Ao sermos conectados a essa máquina

²Cf. Armstrong, Walter Sinnott. “Consequentialism”. In: <http://plato.stanford.edu/entries/consequentialism>

³ O argumento da máquina de experiências pode ser encontrado em: Nozick, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1991. p.58.

vivenciariamos apenas experiências que desejássemos, estando conseqüentemente livres daquelas que não nos agradassem. Numa situação como essa, o saldo de prazer seria absolutamente superior ao de dor e, caso desejássemos, nem haveria dor. A conclusão é que os utilitaristas deveriam ser os primeiros a aceitar que a opção correta é se conectar a essa máquina. Entretanto, é plausível supor que pouquíssimas pessoas aceitariam tal situação. Isso nos leva a perceber que o utilitarismo contraria nossas intuições mais básicas nesse ponto. É claro que não é o caso que nossas intuições tenham um valor tão alto que não possam ser negadas, mas não parece realmente que devemos contrariá-las neste caso.

Parece que somos forçados a concluir que devemos procurar outra forma de utilitarismo que não o hedonismo. Uma proposta frequente é a conhecida como *utilitarismo de interesses ou satisfação de desejos*. Os defensores dessa versão alegam que o que devemos promover não é a maximização do prazer e diminuição da dor, mas a maximização de interesses ou desejos.⁴ Essa perspectiva aparentemente escapa da objeção de Nozick. Poderíamos alegar que o que o hedonismo não capta é justamente o fato de que muitas pessoas não têm o interesse em plugar-se à máquina de experiências, e esses interesses, que não prejudicam ninguém, também deveriam ser promovidos. É do interesse de muitos que os prazeres alcançados ao longo de suas vidas sejam fruto de experiências reais e não de experiências geradas por eletrodos conectados aos seus cérebros.

Todavia, se em um momento qualquer todos nós da humanidade estivéssemos interessados em nos plugar à máquina, não haveria problema algum. Se esse fosse o caso, deveríamos fazê-lo. O problema é que não parece que nossos desejos ou interesses têm o poder mágico de tornar as coisas boas. Em outras palavras, o mero fato de desejarmos algo não o torna bom. Maringoni nota que o caso é justamente o oposto, é o fato de algo ser bom que constitui razão para o desejarmos.⁵ Para dar um exemplo claro, o cigarro não se torna uma coisa boa só porque eu o desejo. Portanto, a identificação de bem com maximização de interesses é ainda menos intuitiva que a identificação feita pelo hedonista.

Por fim, poderíamos apelar para uma última alternativa. Se, por um lado, o hedonismo nos leva a ter que aceitar exemplos como o de Nozick, e o utilitarismo de interesses ou satisfação de desejos não nos dá uma definição clara de *bem*; por outro, seria plausível argumentar que é difícil conceber uma vida feliz que não seja constituída em boa parte de satisfação de desejos e prazeres. Uma boa concepção de felicidade não precisa se restringir a um ou outro, mas pode incluir ambas. De fato, pode incluir ainda outras coisas, como, por exemplo, *autonomia e senso de dignidade*. Se aceitamos isso, então não parece que seria restritivo dizer que a felicidade é a única coisa que pode ser desejada como um fim. O que se afirma aqui é que felicidade não pode ser igualada a algo particular, pois diz respeito a uma pluralidade de bens. Desse modo, cabe a nós identificar quais bens seriam estes. Essa versão de utilitarismo é conhecida como *utilitarismo da lista objetiva*.⁶

⁴ Para uma defesa do utilitarismo de interesses, cf. Singer, Peter. *Ética prática*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Capítulos 1 e 2. Para críticas, cf. Carvalho, Maria C. Maringoni. "Utilitarismo: ética e política." In: *Filosofia política contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. PP. 197-201. Observação: obviamente, as críticas que apresentamos contra o utilitarismo de interesses não pretendem ser conclusivas, mas apenas mostrar as dificuldades que ele tem pela frente. Nossa proposta é que existem opções mais plausíveis.

⁵ Cf. Maringoni. *Ibid.* p. 98.

⁶ Cf. Parfit, D. *Reasons and Persons*. Oxford: Clarendon Press, 1984. p. 499.

FELICIDADE: UMA VISÃO PLURALISTA

A primeira dificuldade óbvia dessa visão é saber quais seriam as partes constituintes da felicidade. Se a nossa lista de bens for muito grande, então o utilitarismo perderia sua simplicidade. Além disso, essa concepção está sujeita à objeções como a de John Mackie (1990) que afirmou que isso é o mesmo que esvaziar a palavra “felicidade” de todo seu conteúdo específico. Afinal o que estaríamos dizendo quando alegamos que a ação moralmente correta é aquela que promove a maior felicidade geral? O que seria “promover a maior felicidade geral”? Se “felicidade” não tem mais um significado determinado, parece difícil responder a essas perguntas.

Entretanto, objeções como essas podem não ter tanta força quanto parece à primeira vista. Embora sejamos forçados a aceitar que defender uma concepção pluralista de felicidade leva o utilitarismo a uma perda de simplicidade, não precisamos aceitar que essa perda seja grande ou que esvaziaria a palavra “felicidade” de todo seu conteúdo específico. A nossa lista de bens não precisa ser grande a ponto de conter centenas de itens. Ela poderia, ao contrário, ser uma lista pequena contendo três ou quatro itens que englobem todas as coisas que desejamos como fins. Por exemplo, não precisamos supor que nossa lista deveria enumerar bens como saúde, segurança, momentos de descanso e distração, etc. Esses bens podem ser subsumidos pelo elemento hedonista (prazer e ausência de dor). Isto é, desejamos tais elementos porque buscamos o prazer e evitamos a dor. Portanto, embora essa concepção recuse que o hedonismo dê conta de todos os elementos que consideramos importantes para uma vida boa, ela não contraria o fato de que ele é capaz de abarcar muitos deles. A tarefa de tais utilitaristas seria enumerar quais itens constituem a lista de bens desejáveis como fim.

Na parte anterior, vimos que é possível formular diferentes respostas ao argumento de Nozick de acordo com o modo como definimos o bem ou a felicidade. Nozick afirma que, se aceitamos a visão hedonista da felicidade, então teremos que aceitar que a opção correta para a humanidade é conectar-se à sua máquina de experiências. Também vimos que diferentes concepções de felicidade não só tornam possível resolver problemas diversos como também estão sujeitos a diferentes objeções. Por fim, vimos que a concepção da lista objetiva, embora nos dê uma visão aceitável de felicidade, também enfrenta alguns problemas, como a perda de simplicidade. Mas será isso realmente um problema? No que segue tentamos responder a essa pergunta partindo de uma comparação entre as visões de Mill e Bentham.

Talvez não seja exagero dizer que, em qualquer visão acerca do que é o bem, a felicidade carrega como pressuposto uma imagem do homem e da vida que ele deve levar (a segunda, apenas se aceitamos que felicidade é uma parte essencial da moral). Essa característica revela uma diferença crucial entre Bentham e Mill. Enquanto o primeiro parece não tê-la percebido, o segundo de fato entendeu que buscar pelo fim último da vida humana é, em parte, perguntar pela nossa própria constituição. Bentham definiu a felicidade como prazer e ausência de dor e, ao fazer isso, entendeu o homem como um ser para quem a única coisa que importa é a busca por estados mentais de prazer e ausência de dor. Entretanto, o exemplo de Nozick nos mostra que há outras coisas que valoramos e as quais atribuímos importância, pois uma vida atrelada à máquina de experiências seria inaceitável para a maior parte de nós. Isso é o suficiente para recusarmos a proposta de Bentham.

Mill aparentemente mantém o elemento hedonista em seu utilitarismo, mas inclui uma noção fundamental, a noção de qualidade. Ele assume que o

fato de um prazer ser mais intenso que outro não indica que ele seja melhor ou que tenhamos mais razões para desejá-lo. Portanto, prazeres não teriam valor apenas pela sua duração ou intensidade, mas também devido a sua qualidade. A pessoa mais inquisitiva pode achar um tanto paradoxal essa declaração. Prazeres, sejam eles quais forem, são somente estados mentais e não faz sentido dizer que existem estados mentais de prazer melhores qualitativamente que outros.

Se esta última afirmação está correta, então o prazer que um porco sente é, em si mesmo, tão valioso quanto o prazer que eu sinto. Não acredito que Mill se escandalizaria com essa afirmação. Mas se isto é assim, mais uma vez pode parecer paradoxal ele ter alegado que “é melhor ser uma criatura humana insatisfeita do que um porco satisfeito; é melhor ser Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito” (2000, p.191). No entanto, não há nada de paradoxal aqui, a única confusão é o fato de Mill ter identificado felicidade com prazer e ausência de dor⁷ logo no início de seu *Utilitarismo* e, em seguida, durante todo resto de sua obra, ter tratado felicidade como algo bem mais amplo. Quando Mill fala de prazeres de maior ou menor valor, o que ele quer dizer não são estados mentais, mas atividades. Nós não valoramos apenas os prazeres gerados pelas atividades, valoramos também as próprias atividades. Valoramos o próprio ato de ler um livro e não apenas o prazer que ele gera. Sendo assim, a distinção qualitativa aplica-se sobre atividades, alegando que nem todas elas têm o mesmo valor.

A primeira consequência óbvia de nossa interpretação é que Mill não foi realmente um hedonista (como comumente se pensa). Ele aceitou um conceito plural ou amplo de felicidade, identificando felicidade não apenas com um bem, mas com muitos.⁸ Portanto, sua posição é a da lista objetiva. Mas independentemente das questões interpretativas, devemos notar que essa alternativa é a única capaz de escapar a uma visão redutora da espécie humana. Sendo assim, devemos repensar o que queremos dizer quando acusamos essa doutrina de perda de simplicidade em relação às outras versões de utilitarismo. É claro que o hedonismo nos dá um critério de ação bastante simples. O que devemos promover a cada ação, diz ele, é o maior prazer e ausência de dor possível. Entretanto, por trás disso, há uma visão acerca da espécie humana que não queremos e nem precisamos aceitar. Ao contrário, a concepção da lista objetiva nos diz que o prazer não é a única coisa que devemos promover, podem existir muitos outros bens incluídos na lista. Justamente por isso, essa concepção não nos dá um critério de ação que seja tão simples. Determinadas escolhas poderiam exigir reflexões demoradas.

Todavia, o que esperamos ter tido sucesso em mostrar é que perda de simplicidade aqui significa nada mais que fazer jus à complexidade e potencialidades humanas. O homem é capaz de valorar muitas coisas e, dentre essas, é difícil ver por que deveríamos abrir mão de algumas. Algumas pessoas valoram a atividade de compor poesias, mesmo que isso gere alguma

⁷ Ver em Mill, J. Stuart. *Utilitarismo*. In: *A Liberdade/Utilitarismo*. Tradução: Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 187.

⁸ *Ibid.* Cf., por exemplo, na página 188, onde Mill fala de prazeres intelectuais. Nas páginas 190 e 191, o chamado “senso de dignidade” é claramente tratado como um bem final. Arte e poesia são mencionadas na p. 198, e a importância de possuir o que ele chama de “percepções artísticas”, mencionado na p. 207. Mill está sempre muito preocupado com o desenvolvimento das faculdades humanas, de maior ou menor qualidade, portanto, se não for realmente coerente interpretá-lo como falando de atividades de maior ou menor valor, então ele de fato é um hedonista. Entretanto, isso não muda em nada nossos argumentos a favor de atividades de maior ou menor valor. Sua *Autobiografia* (2007), encontramos fontes valiosas sobre o valor da educação (afinal, esta é também uma obra sobre a importância da educação), o valor dos prazeres intelectuais (p. 60), o cultivo dos sentimentos elevados (pp. 66, 68, 127, 128), simpatia (104, 105), e do cultivo da sensibilidade. Mill menciona aí várias vezes a importância da poesia

melancolia, outras gostam de lê-las e outros gastam horas por dia pensando em como resolver problemas filosóficos. Por que razões deveríamos abdicar de nossa capacidade de valorar tais coisas? Pode uma definição do fim último da vida humana ignorar isso? O que dizer quanto aos nossos futuros desenvolvimentos? O homem é um ser complexo e reconhecer isso foi o maior mérito de Mill em relação à Bentham.

CONCLUSÃO

Numa parte deste artigo, argumentamos que o utilitarismo da lista objetiva não precisa se comprometer com uma perda grande de simplicidade, embora tenha assumido que a perda ocorra. Nessa parte, entretanto, sustentamos que qualquer definição do fim último da vida humana envolve uma concepção acerca de nós próprios. Isso significa que se não tivermos uma concepção da primeira que faça jus à segunda, então não vale a pena adotá-la. Concluimos que só a versão da lista objetiva pode dar ao utilitarismo uma definição adequada de felicidade, pois só ela tem uma imagem apropriada do homem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao PIP (Programa de Incentivo a Pesquisa) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto, pela bolsa de iniciação científica concedida para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril, 1979 (Coleção Os Pensadores).

CARVALHO, Maria C. Maringoni. Utilitarismo: ética e política. In: OLIVEIRA, Manfredo; AGUIAR, Odilon Alves; SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva

(orgs.). *Filosofia política contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. John Stuart Mill: O utilitarismo reinventado. In: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). *O utilitarismo em foco: um encontro com seus proponentes e críticos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GOODIN, Robert. Utility and the Good. In: *A Companion to Ethics*. Oxford: Blackwell, 2006.

MACKIE, John. *Ethics*. London: Penguin, 1990.

MILL, J. Stuart. *A Liberdade/Utilitarismo*. Trad. de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Autobiografia*. Trad. de Alexandre Braga. São Paulo: Iluminuras, 2007.

_____. *A lógica das ciências morais*. Trad. de Alexandre Braga. São Paulo: Iluminuras, 1999.

_____. *Utilitarianism*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

NOZICK, Robert. *Anarquia, estado e utopia*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

PARFIT, D. *Reasons and Persons*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

PETTIT, Philip. Consequentialism. In: *A Companion to Ethics*. Oxford: Blackwell, 2006.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. de Almiro Pissetta, Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SINGER, Peter. *Ética prática*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WILLIAMS, Bernard. *Moral*. Trad. de Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.